

Mulheres Atingidas:
Territórios Atravessados por
Megaprojetos traz conflitos socio-ambientais e os impactos específicos vividos por mulheres em contextos de atuação de megaprojetos



MULHERES
TERRITÓRIOS
DE LUTA

O caso da Reserva Nacional da Tariquía na Bolívia

A Bolívia é um país autodeclarado plurinacional, indígena e com o Bem Viver¹ garantido pela Constituição. As informações oficiais do Estado Plurinacional da Bolívia assim definem o Bem Viver:

Viver Bem ou BuenVivir é a vida em plenitude. É saber viver em harmonia e equilíbrio, em harmonia com todos os ciclos da Mãe Terra, do cosmos, da vida e da história, e em equilíbrio com toda forma de existência. E esse justamente é o caminho e o horizonte da comunidade; implica primeiro saber viver e logo conviver. Não se pode Bem Viver se os demais vivem mal, ou se causa dano à Mãe Natureza. Bem Viver significa compreender que a deterioração de uma espécie é a deterioração do conjunto. (Página da internet do Ministério de Relações Exteriores da Bolívia²).

Em termos institucionais, isso significa uma superação do paradigma do Es-

tado nacional monocultural e homogêneo que foi imposto ao território boliviano e a seus habitantes originários durante o processo de exploração colonial. Atualmente, aproximadamente 60% da população do país considera-se indígena (SILVA; GIOVANI. 2018).

O desejo de criação de uma nova Constituição na Bolívia nasceu no campo das lutas sociais, que pressionavam por uma mudança capaz de reconhecer a plurinacionalidade, pluriculturalidade, pluriétnica e interculturalidade do país. É nesse contexto que são mobilizadas diversas ações sociais e políticas, marcadas majoritariamente pelas etnias originárias, entendendo que a população historicamente mais afetada pela dinâmica capitalista é a indígena.

O Mapa da Pobreza, importante medidor socioeconômico, opera no país a partir das categorias "rural" e "urbana". Associados às localidades rurais do país, os povos indígenas de origem aimará e quíchua fazem parte da população mais pobre da Bolívia, segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística³, que mostram que a maior parte da população pobre vive nos espaços rurais.

¹ Bem Viver é a tradução para o português de BuenVivir, conceito de origem quíchua SumakKawsay ("Sumak" significaria plenitude e "Kawsay", viver) ou do aymara Suma Qamaña, que tem o mesmo sentido. O conceito passou a ser incorporado a esfera política-institucional do Equador e da Bolívia, países que tornaram esse preceito constitucional, a partir do reconhecimento da cosmovisão desses povos originários.

² <http://www.cancilleria.gob.bo/webmre/node/1231>. Acesso em: 10/12/2020.

³ Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/469cb-fa00.html>. Acesso em: 10/12/2020.

As demandas sociais crescem a partir de séculos de exclusão desses povos, marginalizados ainda mais com as políticas neoliberais implantadas para a Bolívia na década de 1990. São demandas organizadas que clamavam pelo reconhecimento de seus direitos coletivos, pela autodeterminação e de seus modos de viver. Em 2009, uma nova dinâmica político-jurídica latino americana se constrói, representada pela nova Constituição da Bolívia. Sobre isso, Eduardo Galeano aponta:

Um plebiscito popular disse sim à nova constituição proposta pelo Presidente Evo Morales. Até este dia, os índios não eram filhos da Bolívia: eram sua mão de obra, e só. Em 1825, a primeira Constituição outorgou a cidadania a 3 ou 4% da população. Os demais índios, mulheres, pobres, analfabetos não foram convidados para a festa. Para muitos jornalistas estrangeiros, a Bolívia é um país ingovernável, incompreensível, intratável, inviável. São os que se enganaram de in: deveriam confessar que a Bolívia, para eles, é um país invisível. E não há nada de estranho nisso, porque até o dia de hoje, também a Bolívia foi um país cego de si (GALEANO, 2012, p. 40).

É importante o reconhecimento desse marco jurídico, tanto dentro do cenário nacional boliviano, como enquanto uma frente que abre precedentes importantes para toda a América Latina. Ao mesmo tempo, a compreensão de que esse aparato institucional não tem sido suficiente para garantir a manutenção da vida e da proteção da natureza e dos povos originários também se faz necessária.

Dentro do país há políticas antagônicas às concepções das diversas etnias que

habitam o território da Bolívia. São modos de vida que ainda são ameaçados e estão em constante disputa com o capital racista, branco e monocultural que encara a natureza como elemento a ser explorado e extraído conforme seus interesses. Dessa maneira, conflitos relacionados ao uso, acesso e à apropriação material e simbólica do ambiente, que geram um processo de expropriação de territórios e de alteração dos modos de vida das mulheres indígenas e camponesas, são recorrentes no país.

O território da Bolívia é umas das regiões mais biodiversas de todo o planeta⁴, o que faz com que o país seja considerado patrimônio natural. As cosmovisões indígenas e campesinas reconhecem a importância de preservação da terra, pois ela é a vida: é um sentido de unidade e integração com a natureza. Esse sentido é contrastado pelo entendimento da terra como recurso a ser explorado e dominado por meio de políticas extrativistas.

A expansão da fronteira extrativista na Bolívia faz com que muitos territórios camponeses e indígenas sejam desapropriados em nome de grandes empreendimentos, que vêm acompanhados pelo discurso de modernidade e desenvolvimento para as regiões. A maior parte dos conflitos socioambientais no país ocorre exatamente nessas áreas, afetadas por megaprojetos promovidos pelo atual regime extrativista.

⁴ Levantamento realizado pela entidade internacional de preservação Wildlife Conservation Society (WCS); ver também: Ibisch P.L. & G. Mérida (eds.) (2003). Biodiversidad: La riqueza de Bolivia. Estado de conocimiento y conservación. Ministerio de Desarrollo Sostenible. Editorial FAN, Santa Cruz de la Sierra - Bolivia.

Cabnal (2010) relaciona a violência decorrente da expropriação dos territórios e a destruição dos modos de vida tradicional com a violência contra os corpos das mulheres, mostrando o entrelaçamento que a defesa da terra possui com a recuperação da autonomia do corpo, que historicamente passa por enfrentamentos patriarcais.

Essa pesquisa se debruça sobre a exploração de hidrocarbonetos dentro do Parque Nacional de Fauna y Flora Tariquía, em Tarija no município de Padcaya, ao sul da Bolívia. Ressaltando a luta das mulheres defensoras ambientais, que é base da resistência que acontece nesse território, o relatório mostrará como tem sido a atuação das comunidades que enfrentam a exacerbação da lógica extrativista, capitalista e colonial do Estado boliviano e de empresas transnacionais.



O Parque Nacional de Fauna e Flora de Tariquía

A Reserva Nacional de Flora e Fauna da Tariquía foi criada pelo Decreto Supremo nº 22277 de 2 de agosto de 1989 e lá estão as comunidades Volcán Blanco, Chillahuatas, Motovi, Pampa Grande, Potrerillos e San Pedro. O referido Decreto foi posteriormente elevado à categoria de lei pela Lei nº 1328 de 23 de abril de 1992, regulamentando uma área aproximada de 246.870 hectares.

Entre os principais aspectos que demonstram a relevância da Reserva, estão⁵:

- Conservação dos processos ecológicos, como a manutenção dos processos hidrológicos locais e regionais e sua importância na regulação atmosférica e climática a nível global;
- Conservação de habitats e ecorregiões, dada por sua variabilidade topográfica e climática;
- Importância para a conservação de espécies de flora e fauna, dada pela presença de espécies endêmicas, espécies ameaçadas.

Dentro da Reserva, comunidades camponesas dedicam-se à pecuária, agricultura de pequena escala e à apicultura, em uma região em que vivem há dezenas de anos, ressaltando um ecossistema onde comunidades humanas e não humanas coexistem por meio de uma interde-

⁵ Disponível em: <https://nativabolivia.org/sobre-la-exploracion-hidrocarburifera-al-interior-de-la-reserva-nacional-de-flora-y-fauna-tariquia/>. Acesso em 28/08/2020.

pendência harmoniosa.

O vínculo de comunidades humanas com o território é uma característica que pode ser analisada nas outras 21 áreas protegidas do país, em que todas têm comunidades humanas como parte de seu ecossistema. É uma área estratégica por recarregar e proteger as fontes de água mais importantes da região (AYALA, 1998). No interior, na chamada “zona central” de proteção integral, existem pelo menos 13 espécies de animais em perigo de extinção.

Vivem na Reserva 10 comunidades camponesas⁶ e outras 13 na área conhecida como “zona de amortecimento” (o entorno da unidade de conservação) que, desde sua criação, participaram das ações de cuidado e proteção, principalmente bosques e vegetações, um dos bens explorados intensamente por madeireiros ilegais. Na Reserva, a vida social humana é reproduzida de quatro maneiras: nas unidades familiares que compõem os lotes comunitários; na produção de alimentos para consumo interno e na criação de animais; na relação de interdependência com a floresta e na importância dada ao comum. É nesse sentido que a organização comunitária mostra uma visão de conservação da vida e de cuidado com a natureza.

A Reserva Nacional de Flora e Fauna de Tariquía foi criada como área de conservação, nos anos 1990, para prote-

ger a biodiversidade e os recursos hídricos do desmatamento e da indústria madeireira, mas desde 2015 a indústria petrolífera passou a ser mais uma ameaça para a reprodução vital da região.

As políticas nacionais a favor das empresas petrolíferas

Os acordos para impulsionar a produção de hidrocarbonetos, bem como os anúncios sobre as grandes reservas de gás de xisto na Bolívia, representam uma expansão do regime de extração no país, que utiliza técnicas intensivas, como *fracking*⁷, que muitas vezes são tão impactantes para os territórios que fazem com que sejam reconhecidos como “zonas de sacrifício”⁸. O compromisso do governo boliviano e seu regime político e econômico, com o objetivo de maximizar a obtenção do Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos (IDH) e royalties pela exploração de recursos não renováveis, implicou a expansão exponencial da fronteira petrolífera nos últimos doze anos. Dados do Centro de Documentação e Informação da Bolívia⁹ (CEDIB), mostram que de 2,1 milhões de hectares foram concedidos a atividades de petróleo e hidrocarbonetos em 2006, e

⁷ Também chamado de fraturamento hidráulico, é um método de extração de combustíveis líquidos e gasosos do subsolo.

⁸ Essa expressão é utilizada principalmente por movimentos de justiça ambiental para ressaltar regiões com megaprojetos responsáveis por severos danos e riscos ambientais.

⁹ Disponível em: <https://www.noticiasfides.com/economia/cedib-advierte-que-frontera-petrolera-con-nuevas-areas-en-subasta-llegan-a-casi-29-millones-de-hectareas-383385>. Acesso em 24/08/2020.

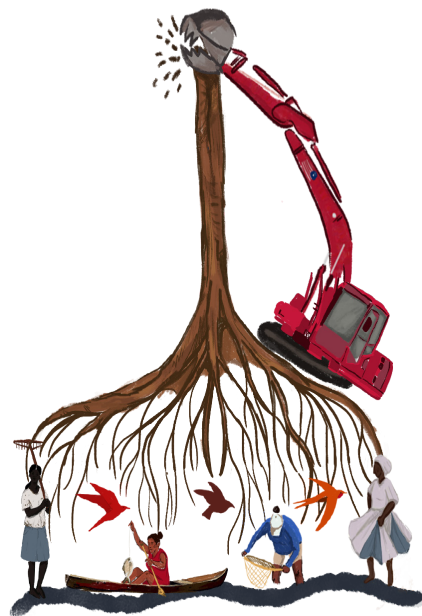
⁶ Disponível em: http://www.energiabolivia.com/index.php?option=com_content&view=article&id=5476:tariquia-el-dilema-del-extractivismo-vs-la-sobrevivencia&catid=39&Itemid=105. Acesso em 28/08/2020.

29 milhões de hectares em 2017.

A receita econômica decorrente do aprofundamento do extrativismo de petróleo aumentou notavelmente (JIMÉNEZ, 2015) e esse é o suporte necessário ao discurso pró-extrativista do governo, que chega com os argumentos de enfrentamento das flutuações de preços, atração de capital estrangeiro para substituir as reservas consumidas e manter o que o governo descreve como programas sociais. No entanto, esse discurso mascara os efeitos ao meio ambiente, ao tecido econômico social local das comunidades cujos territórios são cedidos como áreas de exploração. O esgotamento das reservas de petróleo devido a superexploração faz com que o governo faça esse tipo de regulação ambiental, compactuando e seduzindo novos capitais estrangeiros.

É nesse contexto que o governo boliviano aprova a entrada de empresas extrativistas em abril de 2018 na Reserva Nacional de Tariquía, com a justificativa de melhorar o fornecimento de gás para consumo doméstico e exportação, respaldado por um discurso de desenvolvimento a partir da exploração dos recursos naturais. É fundamental ressaltar que a entrada das empresas transnacionais dentro da Reserva foi possível a partir de um aparato legal garantido pela flexibilização das regulamentações ambientais, bem como a desestruturação de organizações e movimentos indígenas que historicamente vivem na região. Os Decretos Supremos 2298, 2366 e 2400¹⁰ significaram a abertu-

¹⁰ Ver em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-N2298.xhtml>. Acesso em: 21/12/2020.



ra de áreas protegidas dentro da Amazônia para serem zonas de atividade de exploração de hidrocarbonetos, mostrando o não respeito à Consulta Livre, Prévia e Informada às comunidades nativas¹¹.

A mudança nas políticas de hidrocarbonetos mostra a face facilitadora do Estado boliviano, que prioriza as grandes empresas de petróleo sobre o meio ambiente, mostrando a prevalência de uma visão da natureza como algo a ser dominado, concessionado e entregue a interesses que não são comunitários. Os contratos que permitiram a exploração da região afetam 11 das 22 áreas protegidas¹². O governo desenvolve políticas para promover, proteger e priorizar a expansão extrativista, inviabilizando as atividades econômicas das comunidades locais (JIMÉNEZ, 2015).

Embora as atividades petrolíferas tenham se desenvolvido em alguma esca-

¹¹ O direito de consulta prévia pode ser resumido como o poder e direito que os povos indígenas e tradicionais têm de participar efetivamente do processo de tomada de decisões administrativas e legislativas que lhes afetem diretamente. Disponível em: <https://www.lavozdetarija.com/2018/02/27/informe-discurso-presidencial-y-la-vulneracion-de-los-derechos-de-los-pueblos-indigenas/>. Acesso em: 20/08/2020.

¹² Ver: <https://www.paginasiete.bo/gente/2015/6/29/contratos-para-explorar-areas-protegidas-61498.html>. Acesso em: 21/08/2020.

la dentro da Reserva há algumas décadas, foram nos últimos anos que a concessão de mais de 50% de seu território para a atividade de hidrocarbonetos¹³ foi consolidada, com a presença das empresas BG Bolívia, Chaco, Shell, e Petrobrás pela região. Em 2020, é esse o quadro das empresas que possuem concessão dentro do Parque:

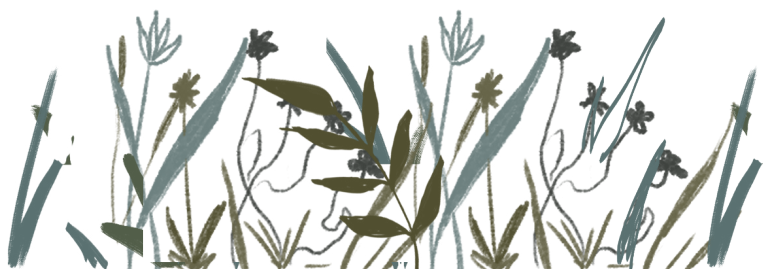
Empresa	País de Origem	Ano de Instalação	Atividade/Instalação
BG Bolívia (pertencente ao BG GroupPic)	Bolívia/Reino Unido	2015	Exploração de Gás Natural
Chaco S.A. (pertencente à YPFB Corporación)	Bolívia	2015	Exploração e produção de Hidrocarbonetos
Petrobrás	Brasil	2015	Petrobrás
Shell	Países Baixos	2015	Refinamento de petróleo e a extração de gás natural.

A chegada dessas empresas em Tariquía está diretamente relacionada com a perda da biodiversidade. A exploração de hidrocarbonetos promove uma atividade sísmica e constantes explosões com dinamite, provocando poluição ambiental e afetando as fontes de água, além de colocar em risco as mais de 808 espécies da flora e 406 espécies da fauna.¹⁴ A presença

das empresas de capital nacional e internacional traz máquinas pesadas e pessoas com pouca ou nenhuma consciência ambiental para o território, mostrando como a biodiversidade e toda a vida presente na Reserva estão ameaçadas, além de afetar as atividades que eram desenvolvidas até então pelas comunidades que ali vivem.

¹³ Disponível em: <https://www.ritimo.org/El-extractivismo-en-Bolivia-El-caso-de-la-comunidad-de-Tariquia>. Acesso em: 21/08/2020.

¹⁴ Disponível em: <https://www.lavozdetarija.com/2018/04/03/la-vida-desde-dentro-de-tariquia-trabajo-agricultura-y-miedo-a-la-exploracion-hidrocarburifera/>. Acesso em 20/08/2020.



As comunidades de Tariquía

De acordo com a natureza que os cerca, as mulheres camponesas e indígenas prezam pela agroecologia, a partir de pequenas lavouras de milho, amendoim, da pesca e criação de animais e também são produtoras de mel.¹⁵ Além da subsistência, com os cultivos as comunidades conseguem participar de trocas e feiras, comercializando seus produtos em outras regiões. Com as empresas atuando dentro do Parque, as comunidades passam a enfrentar dificuldades financeiras por não conseguirem reproduzir seus cultivos em um solo contaminado pela exploração do petróleo, atividade extremamente poluente.

A dificuldade de manutenção das atividades destinadas à agricultura afeta as mulheres camponesas e indígenas e sua autonomia financeira é colocada em jogo. A partir da expansão da lógica mercantil para esse espaço comunitário, torna-se evidente a sobreposição de um modelo predatório de manejo dos bens que deveriam ser comuns. Tendo que recorrer a outras atividades para manter a subsistência de suas famílias e comunidades, as mulheres de Tariquía precisam ir para outras regiões em busca de empregos, e assim conseguem um retorno financeiro para a compra de alimentos que poderiam cultivar em seus próprios territórios.

Além disso, desde que as empresas extrativistas se instalaram na Reserva em 2015, essas comunidades estão ameaçadas de desapropriação e por isso vivem em situação de tensão constante. Mais de 50% das terras foram concedidas a Shell e Petrobrás, que insistem em desmatar a Reserva por meio da abertura de estradas para introduzir seus maquinários e ampliar suas áreas de exploração.

É nesse sentido que as comunidades reivindicam a necessidade de construir alternativas populares para um desenvolvimento que é destrutivo, inviável e extremamente perigoso para os direitos da população, o equilíbrio ecológico e o patrimônio natural do país.

A luta camponesa de base comunitária em Tariquía passou a ser uma frente de resistência às empresas e às estruturas nacionais que as apoiam e abordam esse discurso de modernização. Desde 2015 as mulheres das comunidades passaram a tomar à frente dessa disputa, ressaltando o desejo de preservar a gestão de seus próprios modos de vida e de seus territórios.

As mulheres que habitam o Parque Nacional organizam uma das mais importantes resistências contra as empresas petroleiras, conectando duas chaves centrais: a política no feminino (GUTIÉRREZ 2015) e as lutas pelo comum. A luta das mulheres de Tariquía se desenvolve para preservar as formas de reprodução material e simbólica da vida comunitária em face de uma dura ofensiva capitalista, colonial e patriarcal. Uma série de mobilizações e ações passaram a ser organizadas

¹⁵ Ver: Tariquía - El Dilema del Extractivismo La Sobrevivencia, disponível em http://www.energiabolivia.com/index.php?option=com_content&view=article&id=5476:tariquia-el-dilema-del-extractivismo-vs-la-sobrevivencia&catid=39&Itemid=105. Acesso em: 21/08/2020.

para tornar visível a oposição à entrada de petroleiras.

Os protestos começaram a mover-se para além da própria Reserva em 2017, quando dirigentes e ativistas do movimento mostravam a fundamental importância da fauna, flora, da agroecologia e do manejo harmonioso com a natureza em toda a província de Tarija, onde fica o Parque. Em maio de 2018, realizaram outra marcha, dessa vez em La Paz, exigindo o cancelamento dos contratos de petróleo assinados que não tiveram a consulta ou consentimento das comunidades camponesas da Reserva. Houve uma marcha de quatro dias o lema “Passo a passo pela dignidade de Tariquía nunca se ajoelhando”.

O ativismo preponderante das mulheres que buscam prevalecer os valores comunitários, o respeito à natureza e à vida, lidera a luta. Enfrentando grandes corporações e o Estado, as mulheres estão preocupadas em manter as formas comunitárias de gestão da vida e em manter bens e recursos naturais que garantem a reprodução territorial.



“Gran Marcha en la defensa de Tariquía”. Abril 2018. Bolívia. Reprodução: [El Diario](#) e [Página Siete](#)

Abaixo estão listados coletivos em defesa do Parque Nacional de Fauna e Flora de Tariquíae que atuam na luta socioambiental na Bolívia. Em roxo, os movimentos especificamente de mulheres:

Movimento	Atuação	Links
Asociación de Mujeres de la Provincia O'Connor (AMPRO)	Fortalecimento e empoderamento das mulheres.	https://pt.slideshare.net/AIDA_Americas/asociacin-de-mujeres-de-la-provincia-oconnor
Asociación de Mujeres Emprendedoras Agrícolas de Taríquia (AMEAT)	Capacitação das mulheres envolvidas com o campesinato.	https://nativabolivia.org/mujeres-de-la-reserva-nacional-de-flora-y-fauna-tariquia/
Centro de Capacitación y Investigación de la Mujer Campesina de Tarija (CCIMAT)	Capacitação das mulheres envolvidas com o campesinato.	https://www.ccimcat.org/
Colectivo de Coordinación de Acciones Socioambientales (Colectivo CASA)	Coletivo de mulheres organizadas na luta socioambiental.	https://colectivocasa.org.bo/
Coordinadora Nacional de Defensa de TerritoriosIndigenas, Campesinas y Areas Protegidas (CONTIOCAP)	Fortalecimento e articulação dos direitos indígenas, campesinas e das áreas de conservação.	https://twitter.com/contiocap
Rede Nacional de Mujeres em Defensa de la Madre Tierra (RENAMAT)	Coletivo de mulheres organizadas na luta socioambiental.	http://renamatbolivia.blogspot.com/

Desde que as mulheres organizadas por meio da Asociación de Mujeres Emprendedoras Agrícolas de Tariquia (AME-AT) aprovaram, em 2017, o voto comunitário contra a entrada das petroleiras, tentativas de silenciamento e de desmobilização de sua organização são colocadas em seus cotidianos dentro e fora dos espaços deliberativos. A central sindical até então era dirigida por homens¹⁶, que realizavam condutas de anulação das demandas das mulheres, muitas vezes impedindo até que elas pudessem falar nas assembleias. Por isso, as mulheres passaram a ocupar esses espaços, rompendo os mecanismos patriarcais que ali predominavam.

Com a massiva participação dentro do sindicato, as mulheres conseguiram mobilizar a marcha, eleger uma diretoria feminina que se posiciona abertamente contra as petroleiras no território. Desde 2017, a central é ocupada por mulheres das comunidades de Tariquia que ressaltam o enfrentamento de mecanismos machistas desde o interior das próprias organizações sociais, mas conseguem reformular essas práticas por meio de suas amplas participações, delineando o horizonte de luta e ação contra as empresas e o Estado.

Paula Gareca, dirigente local, afirma que *“o governo não nos escuta e por isso é necessário que nossas reclamações cheguem a organismos internacionais para continuar com a defesa de Tariquia, já que a Reserva é que fornece o ar limpo a nível*

*local e a nível nacional, a vida*¹⁷”.

As defensoras ambientais da Bolívia estão em sinergia com grupos da América Latina e do mundo, compartilhando suas lutas, experiências e aprendizados. A trajetória da militante Bernarda Benítez ilumina esse cenário. Representante da Associação de Mulheres da Província de O'Connor (AMPRO), Bernarda teve a oportunidade de participar de encontros internacionais para troca de experiências de trabalho e esforços na proteção da natureza. Isso permitiu que ela iniciasse colaborações e estratégias conjuntas com outras defensoras ambientais, formando redes em todo o mundo.

É importante ressaltar que o caso de Bernarda não é isolado, são muitas as mulheres que são reconhecidas por suas atuações nas próprias organizações, com responsabilidade no cotidiano de suas famílias, que têm suas vozes amplificadas em um contexto global. Nas palavras de Bernarda: *“Continue, não baixe a guarda, anime os colegas e continue a luta. Juntas, poderemos salvar uma parte do planeta para nossos filhos. Que possamos ter tempo, quanta capacidade e força temos. As mulheres são água e precisamos continuar lutando”*.¹⁸

Em Tariquia, as mulheres seguem demandando que o espaço territorial da Reserva Nacional de Fauna e Flora seja mantido como unidade de preservação,

¹⁶ Disponível em: <https://kaosenlared.net/tariquia-en-pie-una-lucha-campesina-en-bolivia-frente-al-extractivismo-petrolero/>. Acesso em: 04 dez. 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://areaslivresdepetroleo.org/sobre/todas-as-paginas/home/campanhaemjornadasnabolivia/>. Acesso em: 04 dez. 2020

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/wat-ch/?v=1036034176601706>. Acesso em: 04 dez. 2020.

para garantir a reprodução da vida e da biodiversidade. Em um país autodeclarado plurinacional e com o Bem Viver garantido constitucionalmente, a aliança estatal ao capital extrativista segue sem respeitar sua população, natureza nativa e os bens comuns.

Veja mais em:

<https://www.youtube.com/watch?v=XtcnlovQKpQ>

https://www.youtube.com/watch?v=y__ly3ITPi8

Instituto para el desarrollo rural de Sudamerica: <https://www.sudamericarural.org/>

Instituto para el desarrollo rural en Sudamérica (IPDRS) , “Bolivia, ampliación responsable de la frontera agrícola” . Recuperado de:

<https://www.sudamericarural.org/?id=3888:bolivia-ampliacion-responsable-de-la-frontera-agricola>

La Voz de Tarija: <https://www.lavozdetarija.com/>

Acesso a la tierra y territorio em Sudamérica. Informe 2019. Disponible em: <https://www.sudamericarural.org/index.php/publicaciones/libros/impreso/117>.

Cronología de los conflictos socioambientales entre el Estado Boliviano/Empresas petroleras y las comunidades de Tariquía. 2015-2018: <http://zur.org.uy/sites/default/files/tariquia.pdf>

Fortalecimiento de las capacidades de Grupos de Defensoras Ambientales en el acceso y gobernanza de los recursos naturales: <https://www.ritimo.org/El-extractivismo-en-Bolivia-El-caso-de-la-comunidad-de-Tariquia>

Referências Bibliográficas

AYALA, Rodrigo. Áreas Protegidas del Departamento de Tarija. Tarija PROMETA. CEDIB. 2018. Informe sobre el caso de las actividades hidrocarburíferas en la amazonía norte de Bolivia, La Paz, 1998.

CABNAL, Lorena. Feminismos diversos: El Feminismo Comunitario. ACSUR: Lassegovias, 2010. Disponível em: <http://www.calameo.com/books/002488953253b6850c481>. Acesso em: 04 dez. 2020.

GALEANO, Eduardo. Os Filhos dos Dias. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. Horizonte comunitario-popular. Antagonismo y producción de lo común en América Latina, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades - BUAP, Puebla, México, 2015.

JIMÉNEZ, Georgina. Geografía del extractivismo en Bolivia: Territorios en sacrificio. Petro-press N° 35, 2015. Disponível em: http://www.biodiversidadla.org/Documentos/Geografia_del_extractivismo_en_Bolivia_Territorios. Acesso em: 04 dez. 2020.

PARDO, Claudia Lopéz. TARIQUÍA: La lucha de las mujeres por lo común que reta al régimen extractivista boliviano. Confluênciasv. 21 n. 2: Dossiê Especial - POR UNA SOCIOLOGÍA DESDE ABAJO, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34708>. Acesso em: 04 dez. 2020.

Silva, G. J. da. (2018). A Bolívia, a Chiquitania e as populações indígenas em um mosaico étnico e cultural. Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas, 6(2), 102-126. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/19517>